

Constituinte esvazia-se na sexta

Muitos viajaram, a sessão foi fraca. Como no Congresso normal

ESTELA LANDIM
Da Editoria de Política

Por falta de oradores inscritos, a sessão da Constituinte, ontem, foi encerrada uma hora e meia mais cedo. Quando o presidente Ulysses Guimarães abriu os trabalhos, 45 constituintes se encontravam no plenário. A sessão não poderia ter sido aberta, pois o Regimento exige a presença de 94 constituintes, para tanto. O vazio do plenário, contudo, foi justificado pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que investiu contra a imprensa "picareta" que, segundo ele, está desencadeando uma campanha orquestrada com o objetivo de desmoralizar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

O deputado foi bastante aplaudido quando encerrou o seu discurso mostrando o contracheque e dizendo que ele ganha menos que "muito jornalista picareta". Num sessão onde assuntos como o regimento definitivo e a soberania da Constituinte não provocaram debates, a questão dos subsídios mereceu aplausos.

Durante toda a tarde, em que não chegou a 100 o número de constituintes presentes no plenário, os mais variados assuntos foram abordados. A deputada Cristina Tavares, por exemplo, voltou a reclamar providências do presidente Ulysses Guimarães para resolver o problema da falta de lugares nos aviões.

Mas, se o plenário estava vazio como nas sextas-feiras do ano passado, pelo menos para o deputado Maurílio Ferreira Lima havia uma explicação: "O único lugar onde eu não tenho nada a fazer como Constituinte é no plenário, sentado", afirmou.

O deputado pernambucano também solicitou ao presidente Ulysses Guimarães — "em respeito aos trabalhos que deveremos desenvolver" — que requisesse uma cadeia nacional de rádio e televisão para ele mostrar à opinião pública onde e como desenvolve o seu trabalho de constituinte.

JETON

O jeton é um pagamento que os deputados recebem pelo comparecimento às sessões, mas a grande polémica, no ano passado, foi gerada quando a imprensa passou a criticar os parlamentares que continuavam recebendo jetons sem comparecer ao plenário. O deputado Maurílio Ferreira Lima defendeu ontem uma solução para a questão: "Ou a Assembleia Nacional Constituinte enfrenta com altivez esse problema, ou estaremos desmoralizados antes do fim do mês", afirmou.

O deputado propõe que seja nomeada uma comissão para estudar a fixação de um salário digno para os parlamentares. "E uma indignidade que eu distribuía um contracheque de pagamento e dele não conste a dedução do imposto de Renda, como constitui uma ilegalidade que me seja pago o jeton quando eu não estou no plenário. Entretanto, como trabalho mais fora do plenário do que dentro, quero meu pagamento, porque vivo dele, e não admito ser chamado de pilar ou malandro por estar trabalhando em Pernambuco e receber o jeton por

uma fictícia presença no plenário", disse.

Outros deputados, como Osvaldo Bender (PDS-RS), apoiaram a proposta de Maurílio Lima de se fixar um salário digno para os parlamentares, sem jetons. Osvaldo Bender chegou a propor que o desconto do imposto de Renda incidia a partir de agora sobre os subsídios dos constituintes.

O deputado pernambucano também levou ao plenário o seu contracheque, para demonstrar, segundo ele, que um parlamentar ganha menos que a maioria dos jornalistas conhecidos. De acordo com as explicações que deu, o subsídio mensal é de Cr\$ 48.156,46. Além disso, recebe quatro passagens aéreas por mês, uma ajuda de custo de Cr\$ 12 mil por ano e não paga taxa de ocupação do apartamento funcional em Brasília.

DISCUSSÃO ESVAZIADA

Com a aprovação das normas preliminares para o funcionamento da Constituinte, na noite de quinta-feira, a discussão agora é sobre o Regimento definitivo. Ontem, no entanto, os debates em torno do Regimento não aconteceram em plenário. Os líderes e as consideradas estrelas da Constituinte se encontravam ausentes.

O outro assunto polémico — o da questão da soberania da Constituinte — também não mereceu a atenção dos parlamentares. Apenas o deputado Hermes Zanetti (PMDB) fez uma crítica aos setores moderados, dizendo que está havendo uma disputa pelo controle da Constituinte, com o objetivo de se fazer uma Constituição para legitimar o status quo.

A sessão se resumiu no chamado "pinga-fogo". Vários constituintes se rezaram na tribuna, abordando os mais diferentes assuntos. Alguns, para justificar a sua participação na Assembleia.

Os deputados da oposição, como o líder do PDS, Amaral Netto, voltaram suas críticas ao Governo e sua política econômica. Amaral apresentou o primeiro requerimento de informações oficiais, exigindo do presidente José Sarney que preste esclarecimentos sobre o emprego do dinheiro proveniente do empréstimo compulsório. "Se o presidente Sarney não responder o que está fazendo com esse dinheiro, estará desrespeitando a Assembleia Nacional Constituinte", afirmou.

Amaral Netto fez questão de lembrar que a apresentação do seu requerimento, ontem, só se tornou possível com a aprovação da emenda ao projeto das normas preliminares. De autoria do PDS, a emenda permite que os pedidos de informações sejam encaminhados por Ulysses Guimarães, diretamente, ao presidente José Sarney. No início da sessão, às 14 horas, o presidente Ulysses Guimarães promulgou a resolução que contém as normas preliminares para o funcionamento da Constituinte. Cumprindo já as normas em vigor, convocou os cinco secretários para auxiliá-lo na direção dos trabalhos. O presidente nomeou, ainda, o senador Fernando Henrique Cardoso relator do projeto de Regimento definitivo, que já recebeu dezenas de emendas.



Ulysses aponta ao secretário Paulo Afonso as cadeiras vazias no plenário da Constituinte

Ulysses age sem respeitar normas

As normas provisórias que disciplinam o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte foram desrespeitadas ontem pelo deputado Ulysses Guimarães, que só usou o utilitário corretamente para encerrar a sessão antes da hora por falta de oradores.

Na primeira sessão realizada após a aprovação das normas, Ulysses passou por cima delas duas vezes: na primeira, quando abriu a sessão sem a presença em plenário dos 94 deputados exigidos; depois, quando prorrogou, a pedido do senador Mário Covas (PMDB-SP), por mais dois dias o prazo para apresentação de emendas ao projeto de regimento definitivo, que as normas provisórias fixavam em cinco dias.

Pelo regimento provisório da Constituinte, o quorum mínimo para a abertura de sessões é de 94 parlamentares presentes. Caberá ao presidente da Assembleia, ou na sua ausência ao constituinte mais idoso, abrir os trabalhos e designar cinco secretários, escolhidos do plenário, para auxiliá-lo na condução da sessão.

As representações partidárias, segundo estabelecem as normas provisórias, terão líderes formalmente indicados à presidência da Constituinte. Para cada oito membros, as bancadas terão direito a um vice-líder.

As sessões da Assembleia poderão ser ordinárias (realizadas nos dias úteis, das 14 às 18 horas) ou extraordinárias (em dia e hora diversos dos prefixados para as ordinárias). No segundo caso, serão convocadas de ofício pelo presidente da Constituinte ou por deliberação do plenário, mediante requerimento de

pelo menos vinte constituintes.

Cada constituinte terá direito a usar da palavra por cinco minutos em cada sessão, de acordo com as normas provisórias. Isto durante as duas primeiras horas da sessão, já que a terceira hora caberá às lideranças partidárias e a última será destinada à apreciação da matéria constante na ordem do dia.

A sessão poderá ser prorrogada por proposta do presidente ou a requerimento escrito de, pelo menos, vinte constituintes, desde que o plenário concorde. Não serão permitidos apertes aos pronunciamentos.

O regimento provisório também disciplina o comportamento das galerias, que não poderão se manifestar. Por determinação do presidente, a segurança da Constituinte poderá retirar do recinto qualquer assistente que perturbe a ordem dos trabalhos. Ainda neste caso, a presidência poderá suspender a sessão.

No plenário propriamente dito, o regimento só admite a presença dos membros da Assembleia, dos funcionários em serviço e dos jornalistas credenciados pelo presidente, em lugares previamente determinados pela Mesa.

DESCORTESIA

As normas provisórias copiam os regimentos do Senado e da Câmara ao estabelecerem que nenhum constituinte poderá usar de "expressões descorteses ou insultuosas", sob pena de receber advertência do presidente e ter sua palavra cassada.

Na apresentação de emendas e na discussão de matéria, o constituinte só discursará uma vez, pelo prazo de cinco minu-

tos. No encaminhamento da votação, se representante de partido, falará uma vez pelo prazo de dez minutos. Poderá, ainda, pedir a palavra pela ordem, por três minutos, a fim de solicitar informações sobre o andamento dos trabalhos ou formular reclamação.

O regimento preliminar permite que as votações sejam realizadas pelos processos simbólico (levantam os que concordam, permanecem sentados os demais), nominal ou secreto. No caso das votações nominais, será utilizado o sistema de registro eletrônico dos votos ou a chamada dos constituintes, um a um.

Qualquer deliberação a ser tomada durante o período em que estiver vigorando as normas transitórias dependerá de aprovação por maioria absoluta da Constituinte (280 votos). Isso se aplica inclusive ao regimento definitivo, que deve receber emendas até o próximo dia 11. Até o dia 16, o relator da matéria apresentará seu parecer, que será incluído em ordem do dia para discussão no prazo máximo de sete sessões.

Encerrada a discussão do projeto, a votação será realizada com ressalva das emendas, a serem examinadas em bloco. Os destaques, por sua vez, serão votados um a um, enquanto os substitutos terão preferência de votação sobre o projeto, prejudicando-o se aprovados.

Caberá ao relator fazer a redação final da matéria de acordo com o pronunciamento dos constituintes. Concluída esta etapa, o regimento volta para referendo do plenário e vai ao presidente para ser promulgado como resolução.

Const 87

Pertence vai opinar sobre consulta

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, não respondeu à consulta do Partido Liberal, formulada pelo deputado Alvaro Valle, sobre o poder da Assembleia Nacional Constituinte para mudar a Constituição vigente. Ele encaminhou a consulta ao procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que poderá arquivá-la ou devolver ao Supremo, acompanhada de parecer, para que Moreira Alves a responda.

Em despacho de 17 linhas, o presidente do STF esclareceu que aquela corte não é competente para responder a consultas, conforme dispõe o artigo 119 da Constituição. Acrescenta, ainda, que "é institucionalmente o titular exclusivo dessa representação" o procurador-geral da República.

Pertence já manifestou que a Constituinte tem poderes para interpretar a Constituição vigente, mas não para modificar seu texto.

Assembleia pode mandar nos militares

Se o ato constitucional apresentado ontem pelo deputado Agassiz de Almeida (PMDB-PB) à mesa da Assembleia Nacional Constituinte for aprovado, as Forças Armadas passarão a ser controladas diretamente pelo presidente Ulysses Guimarães até a promulgação da nova Constituição.

Preocupado em cercar a Constituinte de todas as garantias, o parlamentar paraibano alegou, para justificar sua proposta, a necessidade de o Exército, Marinha e Aeronáutica garantirem "não apenas os poderes constituintes, mas, e principalmente, o poder máximo, que é a Assembleia Nacional Constituinte".

Na convocação de Agassiz de Almeida, as Forças Armadas, devem estar sob a tutela do presidente da Assembleia por uma razão de soberania nacional, derivada do fato de a Assembleia Nacional Constituinte exprimir e encarnar a inequívoca vontade do povo brasileiro.

Chiarelli nega debate sobre mandato

Porto Alegre — O presidente José Sarney desafia a quem quer que seja a mencionar em que ocasião ele sugeriu a quem quer fosse que fizesse consultas ou realizasse gestões com vistas a preservar ou garantir a duração do seu mandato. Ele disse isso e até pediu que incentivasse ao líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli RS, na audiência que lhe concedeu quinta-feira.

— A Constituinte é exclusiva para elaborar a nova Constituição e não para decidir sobre a matéria da legislação ordinária ou de reforma da Constituição vigente. E o que decidir sobre o mandato presidencial será para os sucessores do atual Presidente que, por direito intertemporal, tem direitos adquiridos para o seu mandato de seis anos, disse Chiarelli.

O senador também criticou o grupo minoritário e incoerente do PMDB, que não quer que o Governo utilize mais o decreto-lei e que ao mesmo tempo não admite o funcionamento do Senado e da Câmara durante a Constituinte.

Abadia quer PFL com um perfil mais social

A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) está preocupada com os rumos de sua atuação na Constituinte. Conduzida à Câmara com os votos dos setores mais carentes da população, a deputada não está disposta a abandonar as causas que defendeu em praça pública, e não sente no Partido da Frente Liberal a necessária abertura de espaços para a defesa destas causas.

"O PFL precisa encontrar sua real identidade", afirma. Independentemente do que o partido decidir a respeito de si próprio, Maria de Lourdes começa a estruturar suas posições dentro da Constituinte. Como a maioria dos parlamentares novatos, Maria de Lourdes não acha que uma Grande Comissão de "notáveis" seja o caminho mais democrático para a elaboração de uma Constituição justa e representativa da sociedade. "Sou mais pela formação de pequenas

comissões temáticas, nas quais cada parlamentar pudesse atuar, segundo a área de que mais entende".

Dentro do Partido da Frente Liberal a deputada brasileira também está trabalhando. Na busca de uma identidade progressista no PFL, Maria de Lourdes tem conversado muito com o vice-líder Alceni Guerra (PFL-PR), e há a possibilidade de que destes contatos preliminares surja a formação de um bloco menos conservador dentro do partido.

Nada propensa a abandonar suas metas, teses e crenças, Maria de Lourdes, caso não encontre o necessário respaldo dentro do PFL, pode até vir a trocar de partido. Neste caso, ainda não cogitado pela deputada, o caminho natural seria o PMDB. Embora seja considerada progressista, Maria de Lourdes não se afinaria com as propostas mais à esquerda, como as do PT ou PDT.

Lucena diz que blocos liquidam os partidos

"O que tem de funcionar na Constituinte são os partidos. O Governo não pode ter lá um líder e acho que o presidente Sarney nunca pensou nisso" — disse ontem o presidente do Senado, Humberto Lucena, para quem a formação de um bloco central para atuar na Assembleia representa "a liquidação da vida partidária brasileira".

Reconheceu lá impulsão dos parlamentares para posições em grupo durante votações de matérias importantes, mas serão sempre blocos informais, formados a partir de agrupamentos em função de interesses. Lucena também descartou a possibilidade de o bloco anunciado pelo líder do PFL na Câmara, José Lourenço, ter qualquer inspiração do Executivo.

Mas, disse, nada tratará de questões econômicas, porque tem sido praxe do Executivo usar para esse setor o decreto-lei. Lucena porém acredita que a Constituinte adotará uma posição contrária a essa prática que coloca o Legislativo em posição de inferioridade. Na primeira entrevista que concedeu como presidente do Senado, o senador Humberto Lucena descartou a possibilidade de vir a aproveitar outros ex-senadores, a exemplo do que fez com Passos Portos, nomeado para diretor-geral, em cargos de confiança.

Ministros contestam o poder da Assembleia

Os ministros Paulo Brossard, da Justiça, e Marco Maciel, do Gabinete Civil, garantiram ontem que a Constituinte não pode alterar as disposições constitucionais em vigor por maioria absoluta de votos, como defendem os deputados mais progressistas. Refletindo o recelo do governo com o impeto reformista da Assembleia, os ministros saíram na defesa da Carta em vigor e do Congresso ordinário.

O Ministro da Justiça, entende que a Constituinte não tem soberania para alterar, com quorum de maioria absoluta, artigos da atual Constituição, como defendem muitos constituintes. Para ele, somente com a aprovação de dois terços dos parlamentares poderá haver alterações na atual Constituição, porque a Constituinte "foi convocada apenas para elaborar a nova Carta Magna".

Esta posição não é exposta de forma direta, porque o ministro não pretende exercer pressão sobre os parlamentares, mas ele lembra que "a lei precisa ser cumprida". Entende que a alteração de artigos da atual Constituição com quorum de maioria absoluta (metade mais um do número total de constituintes) criaria um vazio constitucional, porque a carta

em vigor estaria sendo anulada antes da promulgação da nova Constituição.

Se continuar vigorando a atual carta - até a promulgação da nova alteração de qualquer artigo dependerá da aprovação de dois terços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em votações independentes. O ministro da Justiça estranha os ataques à atual Constituição, lembrando que "é ela que garante a imunidade parlamentar e os subsídios a deputados e senadores".

CONGRESSO

A Assembleia Nacional Constituinte deve tratar somente da elaboração da nova Carta Constitucional, e não legislar ordinariamente, disse o chefe do Gabinete Civil da Presidência, Marco Maciel, para justificar a sua posição favorável ao funcionamento do Congresso Nacional, de forma reduzida, durante os trabalhos constitucionais.

Para Maciel, o modelo atual deve ser mantido, porque o governo precisa do Poder Legislativo para analisar os problemas conjunturais do País. Se isso não ocorrer, argumentou, questões pequenas vão tomar conta dos debates, deixando de lado outros assun-

tos importantes. Ele cita como exemplo pedidos como os dos produtores de suínos, que estão querendo que o governo encontre uma solução para a falta de milho.

Como não vai existir, exemplificou Maciel, a tribuna ordinária, os produtores vão procurar os parlamentares. Estes, diante das pressões, vão querer, na sessão pinga fogo, falar sobre esses problemas menores, que vão prejudicar o andamento da elaboração da nova Constituição, que deve ter prioridade sobre todos os assuntos.

O funcionamento do Congresso não colide com a ANC, sustentou o ministro.

O impasse surgiu nos primeiros dias da Constituinte, para a elaboração do regimento de funcionamento, não quer dizer que vão surgir problemas que desaguem numa "crise", disse o ministro Maciel, ressaltando que os parlamentares estão desempenhando bem suas funções.

O funcionamento dos parlamentares em bloco, como vem propondo o deputado Roberto Freyre (PCB/PE), é perfeitamente normal, no entender de Maciel, lembrando que ele mesmo já participou de vários, como a Frente Liberal, que originou o PFL.



Maurílio denunciou a imprensa "marrom"

Sarney espera uma "boa Constituição"

As se dirigir ao país, através do programa "Conversa ao pé do rádio", ontem o presidente Sarney disse que, "como presidente e mais do que como presidente, como cidadão" espera que a Assembleia Nacional Constituinte faça uma boa Constituição para o Brasil, que ela seja "uma fonte de estabilidade para ajudar a vencer os nossos problemas".

"A Constituinte, disse o Presidente, foi convocada justamente para completar a restauração do Estado de Direito que, com tanta dificuldade, nestes dois anos, todos nós estamos construindo — Governo e povo". O presidente da República concluiu a população a confiar "nos nossos constituintes, em sua sabedoria

e em seu espírito público" para a democracia, observou, que "o regime da lei e não o regime dos homens".

Em seu programa radiofônico semanal, o presidente Sarney ressaltou a prioridade de seu Governo para os problemas sociais, afirmando que "continuamos a dedicar tempo integral, como sempre dedicamos, aos problemas que se referem ao combate à pobreza, desde os primeiros dias de meu Governo". Ao lado dos índices econômicos, do crescimento da inflação, da balança comercial, da dívida externa, "lão citados", o presidente declarou que "está sempre atento aos números que não costumam ser publicados".